

O processo formativo de jovens e adultos:

relato de incubação de um grupo de catadores do oeste paulista

Bruna Oliveira Martins

Como citar: MARTINS, Bruna Oliveira. **O processo formativo de jovens e adultos:** relato de incubação de um grupo de catadores do oeste paulista. *In* : MIGUEL, José Carlos (org.). **Educação de jovens e adultos:** Teoria, Práticas e Políticas. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 257-278. DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-310-6.p257-278>



O Processo Formativo de Jovens e Adultos: Relato de Incubação de um Grupo de Catadores do Oeste Paulista

*Bruna Oliveira Martins*⁵⁶

Introdução

Pode-se afirmar que, na atualidade, o modo de produção capitalista e as relações de produção por ele impostas dificultam a inserção de grande parcela da sociedade no mercado de trabalho formal (CARVALHO et al., 2008). A ascensão do neoliberalismo e o processo da mundialização do capital provocaram profundas transformações no processo produtivo e nas exigências de empregabilidade, o que acarretou o desemprego estrutural e as formas desregulamentadas de trabalho, e intensificou a exclusão social. Tais decorrências, entretanto, permanecem não só veladas como naturalizadas nas relações sociais, o que estimula a superexploração e o silenciamento das camadas mais empobrecidas da sociedade.

Nesse sentido, a educação e a formação plena, crítica e reflexiva têm mostrado possibilidades na construção de caminhos para o desvelamento dessa realidade, tendo em vista a emancipação dos sujeitos por meio do fortalecimento dos coletivos no combate às desigualdades e à opressão. Frente aos princípios capitalistas de acumulação, lucro,

⁵⁶ Mestranda em Educação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de Marília. Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de Assis. E-mail: oliveira.martins@unesp.br
<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-310-6.p257-278>

individualismo e competitividade, a formação política e pedagógica amparada por discussões para além do capital demonstra a importância da luta pela construção de novos valores sociais, a começar pela produção de reflexões críticas sobre a conjuntura social, política e econômica atual e sua relação com o cotidiano dos trabalhadores.

O presente capítulo possui o objetivo de refletir sobre o processo formativo de jovens e adultos catadores excluídos do mercado de trabalho formal, que ocorre fora da escola. Para tal, utiliza-se o relato de uma das experiências das chamadas oficinas educativas, construídas com base na Educação Popular, realizada por uma das equipes da Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp Assis (Incop Unesp Assis) com as trabalhadoras e trabalhadores de uma Cooperativa de Catadoras/es de Materiais Recicláveis em uma cidade do interior de São Paulo.

A oficina em pauta teve a duração de quatro encontros de duas horas cada e foi composta por atividades de leitura e discussão das funções de um dos Conselhos Gestores da Cooperativa, contidas nos documentos que regem o empreendimento. Durante a realização dos quatro encontros, a equipe pôde realizar um trabalho educativo a partir da construção de uma relação dialógica com os membros do Conselho, demonstrando a relevância de não só viabilizar uma mera leitura dos documentos mas de estabelecer um vínculo com as/os trabalhadoras/es, e assim, poder contribuir com a elaboração de conexões do que está integrado nos documentos e a realidade, buscando compreendê-la a partir da identificação de problemáticas permeadas no cotidiano do trabalho.

A Incop Unesp Assis adota o referencial teórico-metodológico das teorias críticas, da Economia Solidária, da Educação Popular e de Metodologias Participativas. O ser humano, portanto, é considerado sujeito ativo, social e histórico, que se transforma e que transforma o meio em que vive. Partimos do pressuposto que o conhecimento

acadêmico não é superior ao conhecimento popular — ambos se complementam, e são peças-chave de articulações necessárias para a transformação e para a superação da realidade (CARVALHO et al., 2016).

1 Mundo do Trabalho, Catadoras/es e Educação

Marx (2002), ao caracterizar a ontologia do ser social e evidenciar a constituição humana por meio do trabalho, demonstra a lógica inerente às relações de produção que gerencia a sociedade moderna. Por meio de uma análise das concepções da centralidade do capital e de uma divisão da sociedade em classes a partir dos fenômenos da alienação, da divisão social do trabalho e da opressão, o autor realiza uma crítica ao modelo econômico, político e social capitalista e ao processo de degradação humana que dele é resultante.

Na perspectiva do autor, o modelo capitalista possui o objetivo último da acumulação de capital a qualquer custo, uma vez que o processo histórico do capital sempre privilegiou a acumulação em detrimento da saúde física e mental daqueles que vendem a sua força de trabalho. Esse processo é evidenciado perante o curso da redução progressiva dos salários dos trabalhadores, do aumento das jornadas de trabalho, da mecanização das fábricas e das conseqüentes demissões em massa de funcionários, ocorrido a favor do aumento da produtividade, do aumento da mais valia e do lucro. Marx (2002) considera, portanto, que “o capital não tem, por isso, a mínima consideração pela saúde e duração da vida do trabalhador, a menos que seja forçado pela sociedade a ter essa consideração” (MARX, 2002, p. 241).

Para o autor, ao privilegiar sempre a acumulação, o sistema social, econômico e político capitalista cria algumas contradições em seu próprio desenvolvimento. A necessidade da mecanização das fábricas,

apesar de ter sido crucial para o aumento da produtividade em um menor tempo, provocou uma redução do trabalho realizado pelo trabalhador — elemento criador de valor para as mercadorias produzidas. Em *O Capital*, Marx (2002) apresenta que junto ao constante desenvolvimento da ciência e da tecnologia, é desenvolvido também o *capital fixo*, componente que engloba as ferramentas de trabalho, as matérias primas, as instalações das fábricas e etc. Porém, ao mesmo tempo, diminui-se o que o autor coloca como *capital variável*, elemento que abarca a força de trabalho empregada na produção de um item, o que provoca uma queda gradual na taxa de lucro geral e uma consequente crise estrutural do capital.

Segundo Antunes (2009, p. 104), “compreender contemporaneamente a *classe-que-vive-do-trabalho*”, de modo mais ampliado, “como sinônimo da classe trabalhadora, permite reconhecer que o mundo do trabalho vem sofrendo mutações (Idem, p. 104).” Para o enfrentamento da crise estrutural do capitalismo, o neoliberalismo foi implantado nos países centrais como uma estratégia político-econômica, visando reforçar a hegemonia do capital e expandi-la mundialmente. À vista disso, novas relações produtivas foram instituídas para que o capital continuasse cumprindo seu objetivo último.

As modificações introduzidas pela política neoliberal impactaram o modo de organização do trabalho e da produção, a implementação de políticas sociais e a constituição das relações de poder em nível global. Essas alterações derivam de um processo de redirecionamento capitalista ocorrido no final do século XX e começo do século XXI, manifestadas pela mundialização do capital (SANTOS; PAIXÃO, 2014). A reestruturação do capital mundial utiliza uma combinação de moldes antigos e novos de exploração do trabalho — a flexibilização dos contratos de trabalho, a redução do poder dos

sindicatos e a retirada dos direitos da classe trabalhadora são algumas das implicações dessa nova roupagem do capitalismo.

No que tange ao processo de industrialização e, posteriormente, da adoção da política neoliberal na América Latina e, especificamente, no Brasil, verificamos um aprofundamento do fenômeno da degradação humana, inerente ao modo de produção capitalista. Acompanhado pela aplicação de um capitalismo dependente dos centros hegemônicos, o projeto econômico, social e político nacional alavancou um desenvolvimento desigual a partir de um ideário de crescimento econômico, e conseqüentemente, a partir da concentração de riquezas e da produção de extrema pobreza e miséria. Paludo (2015) analisa esse processo como decorrente de um sistema de dominação que está em vigor desde a colonização latino-americana.

Fernandes (2009) realiza a seguinte síntese desse processo: a dependência da América Latina é consequência da subordinação econômica, cultural e política. Na análise do autor, o “antigo sistema colonial” sustentou o sistema de dominação e colonização externas da quase totalidade das nações latino-americanas por quase três séculos. O segundo sistema de dominação exigiu a conquista do controle, sendo que a preocupação era o comércio e não o desenvolvimento local. A Revolução Industrial definiu o terceiro tipo de dominação e o capitalismo dependente como uma realidade histórica. Por último, o quarto tipo de dominação faz parte da atualidade e surgiu com a expansão das grandes corporações financeiras, industriais, comerciais e de serviços nos países latino-americanos. O autor assevera que ela, entretanto, acontece em níveis diferenciados: econômico, político e ideológico (PALUDO, 2015, p. 222)

Essa realidade nacional impulsionou as mobilizações de indignação e de resistência das populações empobrecidas e a busca por

alternativas viáveis de sobrevivência. A atividade de catação de materiais recicláveis surge e cresce significativamente na década de 1990 por representar uma das frentes possíveis de trabalho para aqueles excluídos do mercado de trabalho formal e, conseqüentemente, uma possibilidade de subsistência de uma parcela da população brasileira (CARVALHO *et al.*, 2008). As transformações do processo produtivo e das relações de produção decorrentes da adoção da política neoliberal alavancaram o consumo em massa e a geração de embalagens descartáveis. Esse cenário, juntamente ao surgimento da categoria das catadoras e dos catadores, propiciou a imprescindibilidade de uma outra destinação aos materiais recicláveis que não os aterros sanitários e os lixões, fomentando a construção de uma nova política de gestão dos resíduos sólidos.

Pode-se afirmar que o segmento das/os catadoras/es encontra na coleta seletiva uma forma de sobreviver às injustiças do sistema capitalista (SÍCOLI, 2007). No entanto, a sobrevivência da categoria é dificultada visto que a atividade, apesar de fundamental para a limpeza pública e para a mobilidade urbana, é extremamente precarizada e desvalorizada.

Segundo Bosi (2008),

a reciclagem no Brasil só tornou-se possível em grande escala quando o recolhimento e a separação dos resíduos se mostraram uma tarefa viável e de baixo custo, isto é, realizável por trabalhadores cuja remuneração compensasse investimentos de tecnologia para o surgimento do setor de produção de material reciclado. (...) a expansão histórica desse setor guarda relação estreita com a ampliação da população de catadores, tornando-se possível e viável como negócio lucrativo somente quando encontrou numeroso contingente de trabalhadores, desocupados e semi-ocupados, convertível em catadores (BOSI, 2008, p. 104).

Devido ao fato, muitas catadoras e muitos catadores trabalham sob condições insalubres e precárias, o que intensifica seus problemas financeiros e de saúde.

O Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)⁵⁷ considera que a população brasileira de catadoras/es ultrapassa o número de 800 mil, com o predomínio de mulheres negras e chefes de família. A organização coletiva do segmento em Associações e Cooperativas Populares, fortalecida por meio das mobilizações do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), possibilitou a formalização desta parcela da classe trabalhadora e o movimento de resistência por melhores condições de trabalho e por políticas públicas.

Esses empreendimentos têm adotado os princípios e os valores da Economia Solidária e do Cooperativismo Popular. A Economia Solidária pode ser considerada um movimento social que surge pouco depois do nascimento do capitalismo industrial, dada a conjuntura do empobrecimento dos artesãos provocado pelo modo exploratório da organização da produção e pela mecanização das fábricas. No cenário brasileiro, a Economia Solidária emerge a partir da década de 1980, possibilitando às trabalhadoras e aos trabalhadores não só uma alternativa de geração de trabalho e renda, como também a possibilidade de construir uma nova forma de produzir por meio da posse e da direção coletiva dos bens e dos meios de produção, além de novas relações de

⁵⁷ O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) surgiu no ano de 1999 com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel. Foi consolidado em junho de 2001 no 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis de Brasília, evento que reuniu mais de 1.700 catadoras/es. Nesse Congresso, foi apresentada a Carta de Brasília, documento que manifesta as necessidades da população que encontra, na coleta dos resíduos sólidos, sua sobrevivência.

trabalho pautadas na igualdade, na cooperação e na solidariedade (SINGER, 2002).

Segundo Cunha (2003), a Economia Solidária pode ser entendida como um setor econômico no qual o âmbito social é tão essencial quanto o econômico. Sob a forma coletiva e autogestionária, as(os) trabalhadoras/es da Economia Solidária se organizam a fim de produzir diversos tipos de atividades econômicas — de produção, consumo, poupança e crédito. As iniciativas de Economia Solidária e os Empreendimentos Econômicos Solidários (EESs) compreendem formas de organização econômica por meio da livre associação das/os trabalhadoras/es, com base nos princípios e valores da igualdade, da cooperação, da gestão democrática, autogestão e etc.

Levando em consideração o surgimento desses empreendimentos, nascem também as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS), projetos de extensão universitária responsáveis pelo apoio técnico e por ações de formação compostas por alunos, professores e funcionários (SINGER, 2002). Dadas as dificuldades enfrentadas pelas/os trabalhadoras/es no que concerne à organização do trabalho coletivo e democrático frente aos princípios e valores capitalistas como a competitividade, o individualismo e o lucro, os EESs têm demandado o apoio governamental e o auxílio de entidades de apoio e de fomento. Desde a década de 1990, as ITCPS desempenham um papel importante ao buscar capacitar os grupos populares e ao incentivar o trabalho associado (ZANIN *et al.*, 2018).

As ITCPS vinculadas à Universidades são estruturadas a partir de diferentes programas ou projetos e possuem, junto ao objetivo de promover a capacitação e o apoio técnico às iniciativas e aos empreendimentos de Economia Solidária, a finalidade de possibilitar a “produção do conhecimento, simultaneamente à formação de estudantes e profissionais, envolvidos em processo de incubação ou

assessoria aos empreendimentos solidários, vinculados a diversas áreas do conhecimento” (ZANIN *et al.*, 2018, p. 11). Por conseguinte, elas viabilizam a realização do papel social da Universidade e aproximam a comunidade acadêmica, a sociedade, o saber popular e os movimentos sociais.

Uma vez responsáveis por ações de capacitação e de formação das/os trabalhadoras/es da Economia Solidária, as ITCPS geram e são geradas pelas tecnologias sociais, ações pedagógicas emancipatórias fundamentais no processo educativo para viabilizar a troca entre o “saber popular” e o “saber acadêmico”. Tais ações são realizadas tendo em vista o protagonismo das/os trabalhadoras/es, a organização coletiva e o desenvolvimento de políticas públicas para a garantia do acesso aos bens e aos meios de produção e para o processo de inserção produtiva (CARVALHO *et al.*, 2016).

Segundo Novaes (2015), os movimentos sociais podem ser potencializados por meio de uma educação para além do capital. Para Marx e Engels (1978), a educação é construída nas e a partir das relações estabelecidas em sociedade e, portanto, os processos educativos podem tanto servir à reprodução das relações sociais e de produção capitalistas quanto podem auxiliar na constituição de um movimento articulado com a classe trabalhadora na luta por um outro modelo societário. É por meio da educação que a sociedade internaliza e naturaliza valores e condutas como também é por meio dela que o sujeito pode desvelar as contradições de classe.

Desde Marx é possível dizer que a educação cumpre o papel de socialização do conhecimento histórico acumulado e atua nas consciências, condicionando as formas de pensar e a ação humana no mundo. Fundada pelo trabalho, atividade vital, em seu sentido ontológico, a educação nasceu juntamente com o ser social e constitui-se em elemento fundamental e mediação necessária ao

processo de reprodução econômica e sociocultural (PALUDO, 2015, p. 224).

Sendo assim, é possível afirmar que a educação enquanto ferramenta para o desvelamento das contradições de classe possui a finalidade de contribuir para desalienar o trabalhador. Para Novaes (2015), só o ser humano é capaz de trabalhar de forma consciente, fabricar ferramentas e ao mesmo tempo se autoeducar e se transformar. A expropriação dos bens e dos meios de produção do trabalhador provocou dificuldades no processo de autoeducação e de transformação por meio do trabalho — este passou a se dar apenas por uma repetição de funções pragmáticas. Para o autor, a apropriação coletiva dos meios de produção não é suficiente, uma vez que os princípios e valores do sistema capitalista continuarão os mesmos, de modo que

ao pensar nos desafios a serem enfrentados na constituição de uma educação emancipatória, Mészáros (2005) entende ser necessária a criação de organizações horizontais dos trabalhadores – com vistas a desalienar o trabalho –, atreladas a um processo escolar que supere as formas de internalização do capital. Somente com outro processo de internalização pode-se contribuir para a transcendência do que Mészáros (2002) denomina sociometabolismo do capital, o qual se reproduz em todos os planos da vida. Desse modo, não é suficiente a existência da propriedade coletiva dos meios de produção, até porque, como observou Marx (2009) na crítica a Proudhon, a produção de mercadorias pode permanecer intacta, o sistema salarial, o papel dos gestores e a concorrência poderão se perpetuar sob novas formas. Não custa repetir que o que está em questão é o sentido do trabalho ou, em termos mais gerais, a retomada do controle do produto do trabalho, do processo de trabalho, de si e da civilização humana pelos seres humanos (NOVAES, 2015, p. 50).

O neoliberalismo e a mundialização do capital também trouxeram diversos impactos no campo da educação. Estando a educação e as instituições escolares inseridas na repaginação do capitalismo, estas sofrem interferências políticas e até mesmo ideológicas do projeto neoliberal. A esfera educacional passa a receber imposições de alterações em sua forma de gestão e de organização político-pedagógica – adotando, portanto, uma lógica empresarial pautada no princípio geral de acumulação do capital. Nesse sentido, Santos e Paixão (2014, p. 79) refletem que “a lógica empresarial é incompatível com a lógica escolar pautada na transformação social visto que diferentemente da empresa que produz objetos/mercadorias em curto prazo, o “produto” da escola caracteriza-se por ser de longo prazo.”

Para a lógica atual, o mercado deve regular e orientar não só o campo econômico, mas os campos da educação, da saúde, da cultura e etc. Dessa forma, todas essas esferas e todas as práticas que decorrem delas são mercantilizadas, isto é, são transformadas em mercadorias. Tal realidade implica uma possível destituição da educação enquanto um direito do cidadão a ser assegurado pelo Estado além de uma flexibilização dos processos educativos, ao alterá-los de processo realizado a longo prazo para variadas tarefas de curto prazo, estimulando o individualismo, a competitividade e a degradação da vida, em especial a das populações mais empobrecidas da sociedade.

A atualidade brasileira é marcada por diversos desafios no que se refere ao campo educacional, sendo um deles a garantia do direito à educação pela parte da população que não teve acesso a ela nos períodos da infância e da adolescência (NICODEMOS *et al.*, 2020). Sabemos que o processo formativo dos jovens e adultos excluídos do processo de educação formal e, muitas vezes, do mercado de trabalho formal, pode ser possibilitado por meio dos programas de Educação de Jovens e Adultos nos processos de Educação Formal, que ocorrem nas

instituições escolares. Ademais, os processos de Educação Informal, naturais e espontâneos de aprendizagem com a vida, e os da Educação Não Formal, por meio de programas de formação que ocorrem fora das instituições escolares, também podem potencializar a formação desses sujeitos.

A Educação Não Formal é proporcionada, principalmente, nas atividades de Organizações Não Governamentais (ONGs), nas organizações sociais e em movimentos sociais e políticos (GOHN, 2016). As possibilidades de atuação da Educação Não Formal demonstram potencialidades da articulação entre os três tipos de processos educativos mencionados anteriormente, podendo fomentar uma educação de resistência, vinculada desde à ação política de garantia de direitos até ao vislumbre de uma construção de novas relações sociais e de produção mais justas.

Tendo isso em vista, as reflexões contidas nesse texto derivam de atividades de Educação Não Formal de acompanhamento e de assessoria desenvolvidas pela equipe da Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp Assis (Incop Unesp Assis) junto a uma Cooperativa de Catadoras/es de Materiais Recicláveis do Oeste Paulista, composta por jovens e adultos.

2 A INCOP UNESP ASSIS: relato da experiência

A Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp Assis (Incop Unesp Assis) teve origem em 2006 com o financiamento do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) e por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho (MTE) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Caracterizada como Projeto de Extensão Universitária e também como Núcleo de

Estágio Profissionalizante do Curso de Psicologia, a Incop Unesp Assis é composta por docentes, estagiárias/os e extensionistas.

Além dos objetivos acadêmicos como o de realizar uma integração entre as tríades: teoria, prática e reflexão e ensino, pesquisa e extensão, a Incubadora possui objetivos sociais, econômicos e políticos como o de apoiar a organização e a consolidação de grupos populares de geração de trabalho e renda. Desse modo, busca, na atuação direta com as iniciativas de Economia Solidária e com as Associações e Cooperativas Populares de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis, de agricultoras/es familiares e de usuárias/os de saúde mental localizadas no Oeste e Centro Oeste Paulista, contribuir para a construção de uma consciência crítica da realidade (CARVALHO *et al.*, 2016).

O desenvolvimento das atividades da Incubadora é apoiado em referenciais teórico-críticos, nos princípios e valores da Economia Solidária, Educação Popular, Psicologia Sócio-Histórica e Metodologias Participativas. A metodologia de trabalho adotada pelas equipes no processo de incubação e de assessoria aos grupos populares se dá por meio de visitas ao empreendimento e/ou reuniões semanais com uma parte ou com todo o grupo, eventos e capacitações. As ações são realizadas com o apoio e com os recursos financeiros da Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Cultura da Unesp (PROEX).

O trabalho realizado pela Incubadora possui, portanto, a finalidade de colaborar para a modificação da relação que as/os trabalhadoras/es estabelecem com o trabalho, ao buscar, em conjunto com a classe trabalhadora,

superar o lugar de um sujeito que vende sua força de trabalho para tornar-se aquele que detém os meios de produção, pensa e organiza as atividades que vai executar e, também, é dono do resultado das atividades que realiza (CARVALHO *et al.*, 2016).

A organização coletiva das/os catadoras/es no Oeste Paulista, desde a década de 2000, teve apoio da equipe da Incop Unesp Assis; no geral, as demandas chegaram em nome dos gestores públicos municipais, que possuíam o intuito de implementar a Coleta Seletiva nos municípios. Em alguns deles, houve também a participação dos segmentos religiosos e outras instituições, além de lideranças do MNCR.

A Cooperativa em questão é administrada por meio de dois Conselhos Gestores: o Conselho Administrativo e o Conselho Fiscal, precavidos em lei de Estatuto Social e de Regimento Interno⁵⁸. As funções de ambos os Conselhos são embasadas em fundamentos da gestão democrática: na transparência, na participação de todas e de todos nos processos deliberativos e nas eleições diretas de seus representantes. A equipe responsável pela assessoria do empreendimento realizava visitas semanais e promovia tanto o auxílio administrativo e burocrático quanto algumas ações de formação e capacitação em Economia Solidária.

Após algumas solicitações dos membros do Conselho Fiscal da Cooperativa, a equipe percebeu algumas demandas no que dizia respeito à compreensão das/os cooperadas/os sobre as funções tanto de seus representantes quanto do órgão em si. Desse modo, por meio da identificação da situação-problema, e tendo em vista a participação ativa das/os catadoras/es, pensamos na proposição de uma oficina para abordar a temática em uma linguagem mais apropriada.

A oficina teve a duração de quatro encontros de duas horas cada e foi composta por quatro momentos: a) apreensão da equipe da Incubadora a respeito das atribuições do Conselho presentes nos

⁵⁸ O Estatuto Social é o documento de formalização utilizado por Associações, Cooperativas e entidades sem fins lucrativos, que atribui identidade, objetivos e responsabilidades à organização. O Regimento Interno é um documento que contém o conjunto de regras estipuladas por um grupo para fins de regulação do funcionamento coletivo.

documentos da Cooperativa; b) leitura e discussão de cada função com os membros do Conselho; c) reescrita de cada função em uma linguagem mais acessível em papéis encorpados e d) dinâmica de colagem dos papéis em um cartaz com todas/os as/os trabalhadoras/es do empreendimento.

Primeiramente, a equipe realizou uma leitura interna das atribuições do Conselho Fiscal presentes tanto no Estatuto Social quanto no Regimento Interno da Cooperativa, a fim de utilizar o conhecimento acadêmico para a assimilação do conteúdo e da linguagem jurídica dos documentos. No segundo momento, desenvolvemos uma atividade com os representantes do Conselho composta pela leitura e pela discussão de cada função e de cada responsabilidade dos membros previstas nos documentos da Cooperativa, com a finalidade de estabelecer um diálogo e uma articulação sobre o que cada membro e o que cada integrante da equipe da Incubadora compreendia sobre cada tópico. Nesse encontro, pudemos utilizar alguns exemplos do cotidiano das/os trabalhadoras/os para assimilar o que estava escrito, realizando comparações com a prática de gestão atual e de gestões anteriores.

Em um terceiro momento, reescrevemos todas as atribuições do Conselho em uma linguagem popular em papéis encorpados, uma vez que o documento não possui uma linguagem acessível para todas/os e, além disso, uma parte das/os trabalhadoras/es não sabiam ler e escrever. Realizamos mais um encontro para compreendermos e colocarmos cada função do Conselho em uma linguagem mais acessível.

No quarto encontro, foi preparado um cartaz para a execução de uma dinâmica de colagem de todos os papéis encorpados que continham as atribuições reescritas. Em roda, a equipe, os representantes do Conselho e as/os demais trabalhadoras/es do empreendimento puderam dialogar, fazer contribuições e tirar algumas dúvidas.

3 Resultados e Discussões

Novaes (2015) assinala que para a constituição de uma educação emancipatória, o processo formativo deve incorporar discussões que visem a superação da internalização do capital. Ao realizar a ação formativa, a equipe percebeu que as trabalhadoras e os trabalhadores do empreendimento possuem diversas dificuldades no que diz respeito à construção de uma nova relação de produção baseada na cooperação, solidariedade e democracia. A experiência autogestionária é um desafio contínuo para muitas/os cooperadas/os, uma vez que a centralidade do capital ainda opera, por mais que os movimentos sociais e de resistência promovam vivências alternativas ao modo hegemônico de produção.

Nesse sentido, a Incop Unesp Assis procura auxiliar os sujeitos no processo de construção de uma consciência crítica acerca da realidade e na capacitação para a realização de um trabalho mais democrático e mais transparente, dentro dos limites impostos pelo capital. Um dos desafios da equipe da Incubadora é construir esses saberes com as/os trabalhadoras/es, levando em consideração os atravessamentos do cotidiano e as emergências pontuais e burocráticas do trabalho – devido à carga muito grande de trabalho na Cooperativa, algumas trabalhadoras e alguns trabalhadores reclamaram que a presença da equipe e que as atividades propostas por ela atrapalhavam o andar do trabalho.

À vista disso, a equipe identificou uma forte resistência das lideranças do empreendimento no que tange ao andamento da oficina devido à objeção de que tais atividades provocam uma diminuição da produtividade, elemento fundamental para o modo de produção capitalista. Dessa forma, uma parte das/os cooperadas/os avaliaram que o tempo gasto nas atividades decorrentes da oficina, poderia ser um tempo de trabalho perdido. As/os catadoras/es, apesar de exercer o trabalho por meio da livre associação e da autogestão, além dos demais

princípios e valores da Economia Solidária, estão inseridas/os no sistema capitalista e dependem da quantidade e da qualidade dos materiais recicláveis coletados para viabilizar uma boa comercialização; além disso, por estabelecer relação contratual com a Prefeitura do Município, a Cooperativa em questão possui altas exigências de trabalho.

As imposições e os impactos da centralidade do capital são vivenciados pelas/os catadoras/es de forma acentuada. Muitas/os cooperadas/os trabalham no empreendimento porque não conseguem inserção no mercado de trabalho formal, sendo a Cooperativa a última possibilidade de obter uma renda. Para uma parte das/os trabalhadoras/es, a atividade da catação é uma ocupação provisória, até encontrarem alguma oportunidade de emprego formal; uma parte menor, no entanto, relata um orgulho em exercer a profissão e um desinteresse em se submeter a uma condição de obedecer uma única figura de poder, o patrão.

Notamos que algumas trabalhadoras, representantes do Conselho Fiscal da Cooperativa, possuíam muito interesse e muita vontade de conhecer, compreender e realizar a oficina; dessa forma, conseguiam se abrir mais para um diálogo e para o estabelecimento de um vínculo com as integrantes da equipe da Incubadora. Após a oficina, as trabalhadoras em questão consideraram que uma parte das/os cooperadas/os não “vestiam a camisa” da Economia Solidária, e outra parte delas/es já tinham se decepcionado com algumas pessoas e algumas bandeiras do movimento social, o que, na visão delas, era uma das justificativas para a não aderência à oficina e a outras atividades propostas pela equipe.

Conseguimos observar algumas mudanças nos conflitos existentes entre os membros do Conselho Fiscal e o grupo geral de cooperadas/os, no que concerne aos esclarecimentos de suas funções e responsabilidades. Após algumas semanas, percebemos que os membros

do Conselho ficaram mais atentos ao cumprimento de suas atribuições, como por exemplo ao de fiscalizar as notas e as contas do empreendimento, garantir que todas/os as/os cooperadas/os estavam com sua frequência de trabalho e com seus documentos pessoais em dia (como por exemplo, a Carteira Nacional de Habilitação do motorista do caminhão), verificar o andamento do trabalho na cooperativa e etc.

Percebemos que, por muitas vezes, o começo do exercício das funções dos representantes foi encarado de forma pessoalizada pelo restante do grupo — como a Cooperativa possuía lideranças que centralizavam o poder, as representações do Conselho, ao começar a exercer suas funções, sofreram algumas represálias e passaram a ser vistas pelo restante do grupo como se estivessem querendo ter privilégios sobre os demais, ao tentar “mandar” nas/os cooperadas/os. Notamos, portanto, que mesmo com a realização da oficina, alguns conflitos não foram sanados e outros foram criados.

Na perspectiva marxista, o trabalho deve proporcionar aos seres humanos a construção de sua totalidade, assim como a emancipação e a libertação. Portanto, “enquanto atividade libertadora torna-se imprescindível que a finalidade e os meios de execução do trabalho estejam sob domínio do ser humano” (SANTOS; PAIXÃO, 2014, p. 69), bem como o resultado do seu trabalho. Do mesmo modo, a educação, enquanto prática social e de reprodução humana, é também requisito do campo do trabalho e instrumento de emancipação e transformação social.

A relação entre trabalho e educação se configura como uma relação de identidade, que além de possibilitar o desenvolvimento pleno do ser humano, se constitui como um instrumento de emancipação humana e de transformação social. Na concepção marxista, o trabalho enquanto princípio educativo tem por finalidade formar ético-politicamente o homem para viver em igualdade social,

evitando qualquer tipo de exploração (SANTOS; PAIXÃO, 2014, p. 70).

Para um melhor exercício do trabalho autogestionário do empreendimento, as ações de formação e de capacitação são fundamentais. Identificamos que, mesmo em vivências alternativas ao modo de produção capitalista, o trabalho ainda é inserido no sistema e não proporciona a libertação ou o desenvolvimento pleno do ser humano, mas promove um aprisionamento à metas e aos objetivos relacionados à acumulação de capital e não ao bem estar social, à proteção dos direitos trabalhistas e à busca de igualdade social.

Ao reescrever as funções com os membros do Conselho, pudemos participar ativamente da construção de conhecimento, compartilhando “saberes acadêmicos” e “saberes populares”. Ademais, pudemos construir um vínculo com as trabalhadoras e conseguimos pensar juntas sobre o trabalho — uma dificuldade imposta pela demanda constante de produtividade e de resultados intrínseca ao modo exploratório de produção capitalista. Consideramos que as ações de formação desempenhadas com as/os trabalhadoras/es pela Incubadora são ferramentas importantes tanto para o processo formativo desses jovens e adultos quanto para o movimento por uma educação de resistência, crítica e emancipatória.

Considerações Finais

Perante o relato construído, podemos refletir que, embora com desafios e com contradições, os processos educativos dos jovens e adultos catadores excluídos do mercado de trabalho formal, potencializados por ações de formação e capacitação promovidas pela Incop Unesp Assis, é um instrumento potente para a área da educação como um todo e

também para a constituição de um movimento anticapitalista, tendo em vista uma construção de um outro modelo de sociedade, pautado pela igualdade, pela cooperação e pela democracia.

Por meio da oficina, pudemos realizar um movimento contrário ao que o modo de produção capitalista impõe para os sujeitos — um movimento de refletir acerca do funcionamento e da gestão do local de trabalho e das relações sociais e de produção que ali eram perpetuadas.

Referências

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BOSI, A. de P. A organização capitalista do trabalho informal: o caso dos catadores de recicláveis. São Paulo: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 23, n. 67, p. 101-116, jun., 2008.

CARVALHO, A. M. R. GIRALDI, G. G. AVIGHI, M. M. **Autonomia e Poder em uma Associação de Catadores:** Contradições e Desafios. S/D. 2008. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/anamariacarvalholauciagraldiemariliaavighi.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2021.

CARVALHO, Ana Maria Rodrigues de. **Cooperativa de Materiais Recicláveis de Assis – COOCASSIS:** espaço de trabalho e de sociabilidade e seus desdobramentos na consciência. Tese de Doutorado em Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CARVALHO, Ana Maria Rodrigues; LADEIA, Carlos Rodrigues; FELÍCIO, Rafael Gorni. Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp Assis: percurso de uma experiência em extensão universitária. *In:* CARVALHO, Ana Maria Rodrigues, LADEIA, Carlos Rodrigues

(orgs.). **Metodologia de incubação e de diagnóstico participativo:** estratégia de trabalho com grupos populares. São Paulo: Cultura Acadêmica/Bauru: Canal 6, 2016.

CUNHA, G. C. Dimensões da luta política nas práticas de economia solidária. *In:* SOUZA, A. R.; CUNHA, G. C.; DAKUZAKU, R. Y. (Org.). **Uma outra economia é possível.** São Paulo: Contexto, 2003.

GOHN, Maria da Glória. Educação Não Formal nas Instituições Sociais. **Revista Pedagógica**, v. 18, n. 39, p. 59-75, set/dez, 2016.

MARX, K. **O Capital:** Crítica da Economia Política. Livro: I. Vol. I. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARX, K.; ENGELS, F. **Crítica da educação e do ensino.** Lisboa: Moraes, 1978.

MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR). **Mulheres são maioria entre catadores de materiais recicláveis.** Disponível em: <http://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas>. Acesso em: 02 set. 2021.

NICODEMOS, A.; SERRA, E.; ALVES, A. C. O.; SILVA, H. D. S. Prática Docente em Geografia e História no contexto do Programa Nova EJA - RJ. **Rev. Bras. de Educ. de Jov. e Adultos**, vol. 7, ahead of print, 2020.

NOVAES, H. T. Trabalho como necessidade vital e trabalho alienado: contribuições para o debate da relação trabalho-educação para além do capital. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 15, n. 65, p. 42-57, 14 dez. 2015.

PALUDO, Conceição. Educação Popular como resistência e emancipação humana. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 35, n. 96, p. 219-238, maio-ago, 2015.

SANTOS, T. da C. C.; PAIXÃO, T. S. A mundialização do capital e seus impactos sobre o processo de trabalho e a educação. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 14, n. 59, p. 68-84, out., 2014.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 1ª ed. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

WIRTH, I. G. **As relações de gênero em cooperativas populares do segmento da reciclagem: um caminho para a construção da autogestão?** Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

WIRTH, I.; FRAGA, L. Tensões tecnológicas na cadeia produtiva da reciclagem: o interesse do capital e a proposta dos catadores. *In*: BATISTA, Eraldo Leme; NOVAES, Henrique Tahan; RODRIGUES, Fabiana de Cássia (orgs.). **Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital**. 1ª ed. São Paulo, Outras Expressões, 2012.

ZANIN, M. *et al.* Incubadora Universitária e Cooperativa de Catadores: Apoio em diferentes cenários. **Revista Ciência em Extensão**, v.14, n. 4, p. 9-28, 2018.